



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpeleção Oral

### Atender ao progresso do desenvolvimento da renovação urbana

O Governo alterou o conceito de reordenamento dos bairros antigos para a ideia de renovação urbana, criando o Conselho para a Renovação Urbana para acompanhar os respectivos trabalhos. Mas esse Conselho reuniu apenas 3 vezes, desde a sua criação há meio ano, e nada se viu em concreto quanto à concretização da renovação urbana. Os residentes questionam se esta ideia não passa de mera conversa oca, receando que a sua implementação seja arrastada ao longo dos anos, tal como aconteceu com o reordenamento dos bairros antigos.

Há dias, em reunião plenária da Assembleia Legislativa, o Chefe do Executivo apresentou a ideia de “habitação provisória”, afirmando que ia elaborar uma proposta de lei sobre os benefícios fiscais destinados aos projectos de reconstrução dos edifícios antigos e perigosos, incluindo a isenção do imposto do selo de transmissão de bens e do imposto do selo especial. O referido Conselho também vai estudar qual é a forma de promover a renovação urbana, cabendo ao Governo ou a alguma empresa por este constituída e detida na sua totalidade promover esta política<sup>1</sup>. Os residentes só conseguem ficar a par dos trabalhos e planos sobre a renovação urbana

---

<sup>1</sup> 28 de Julho de 2016, Jornal Ou Mun, pág. A01, Chui: construir habitação provisória para promover a renovação urbana.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

através das informações divulgadas de forma dispersa pelo Governo, o que em nada favorece a apresentação de opiniões nem a fiscalização do público sobre a renovação urbana. Os residentes gostariam muito de saber quando é que os trabalhos da renovação urbana podem ser concretizados, para que os bairros antigos possam ser verdadeiramente renovados.

A promoção efectiva da renovação urbana depende da respectiva legislação que lhe serve de suporte e que terá de satisfazer as necessidades dos residentes afectados pela renovação urbana.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Independentemente da forma a adoptar pelo Governo para promover a renovação urbana, temos de ter legislação completa para o apoiar. O Chefe do Executivo afirmou, recentemente, que ia elaborar uma proposta de lei sobre os benefícios fiscais, porém, nada se viu quanto a outras leis relacionadas com a renovação urbana, incluindo a alteração da proporção de consentimento dos pequenos proprietários. Então, o Governo deve, no futuro, fazer melhor os respectivos trabalhos legislativos, para que a renovação urbana se concretize o mais rapidamente possível. Como é que vai fazê-lo?
2. Para melhor promover os trabalhos no âmbito da renovação urbana, o Chefe do Executivo afirmou que ia implementar um conjunto de trabalhos,



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

no entanto, alguns membros do Conselho para a Renovação Urbana revelaram nunca ter ouvido falar em “habitação provisória”<sup>2</sup>, afirmaram mesmo que o Conselho é um órgão meramente consultivo e sem poder de decisão, o que só demonstra como é passivo o seu papel. Então, que papel é que desempenham esses membros? Como é que o Governo vai iniciar, de forma sistemática, os trabalhos nesse âmbito, em vez de divulgar informações de forma dispersa? E afinal, a quem cabe promover a renovação urbana? Ao Governo ou a alguma empresa constituída pelo Governo e detida por este na sua totalidade?

3. Face à insuficiência de recursos de solos, se se pretende implementar medidas para a renovação urbana, tais como a construção de habitação provisória, é inevitável que haja disputa dos referidos recursos entre estas e outras medidas. Então, como é que o Governo vai encontrar o devido equilíbrio?

8 de Agosto de 2016

A Deputada à Assembleia Legislativa da Região

Administrativa Especial de Macau,

Wong Kit Cheng

<sup>2</sup> No dia 31 de Julho de 2016, Televisão MASTV, “O Conselho para a Renovação Urbana não discutiu a ‘habitação provisória’ Membros: tornar públicas as reuniões não é sempre uma medida boa”  
[http://www.imastv.com/news/macau/politics/2016-7-31/news\\_content\\_96742.shtml](http://www.imastv.com/news/macau/politics/2016-7-31/news_content_96742.shtml)